

27/2011

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA,
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2011 - - -

----- Aos catorze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, no Gabinete do Snr. Presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores: Dr. Jorge Paulo Colaço Rosa, Dr. Jorge José Horta Revez, Dr. António José Guerreiro Cachoupo, José Rodrigues Simão e Dr.^a Sandra da Cruz Gonçalves, nas qualidades, respectivamente de Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, teve lugar uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Mértola. -----

1.- ABERTURA DA REUNIÃO:- Encontrando-se presente a totalidade dos membros da Câmara, o Snr. Presidente declarou aberta a reunião eram 16,30 horas. -----

2.- FALTAS: Não se registaram faltas à presente reunião. -----

3.- GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2012: -----

----- Nos termos e para efeitos das disposições combinadas da alínea a) do nº 6 do artº 64º e alínea b) do nº 2 do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente a Proposta das Grandes Opções do Plano do Município para o ano de 2012. -----

----- Discutido o assunto a Câmara Municipal após votação nominal, deliberou por maioria aprovar as Grandes Opções do Plano do Município para o ano de 2012. -----

----- Votaram contra os Vereadores Snrs. Dr. Jorge Revez e José Rodrigues, com os fundamentos que invocaram na discussão deste assunto. -----

3.1.- GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2012 DISCUSSÃO: -----

----- O Snr. Presidente fez a apresentação dos documentos GOP's e Orçamento, que serão discutidos globalmente embora a sua votação seja separada e informou que os mesmos foram nos termos legais presentes à reunião do Concelho Municipal de Juventude, realizada hoje e foram aprovados. -----

----- Prosseguindo disse que só ontem é que o documento ficou totalmente terminado, considerando ter havido necessidade de se fazerem alguns ajustes para inclusão de algumas das propostas apresentadas pelos Vereadores da CDU. -----

----- Que este Plano não tem um enquadramento estratégico maior devido às alterações significativas das transferências do Orçamento de Estado, existindo também dúvidas relativamente aos financiamentos do QREN. -----

----- Que nesta conjuntura não se sabe ainda com certeza exacta a capacidade de endividamento da Autarquia para a realização dos investimentos. -----

----- Que os documentos que agora apresenta ao Executivo são os possíveis neste cenário de crise. Que nele estão espelhados as grandes necessidades do Concelho de Mértola, referindo que uma das propostas feitas pelos Vereadores da CDU da criação do Parque de Campismo e Caravanismo também o considera necessário, mas assume que a Câmara não tem possibilidades financeiras para o fazer. Que está prevista a construção na Mina de S. Domingos do Parque de Caravanismo. -----

----- Um dos projectos também apresentados pelos Vereadores da recuperação da zona ribeirinha de Mértola é um projecto ambicioso, mas a Câmara não irá desistir do mesmo, embora não possa avançar já.

----- Que também concorda plenamente com a melhoria das acessibilidades aos alojamentos de turismo rural, e que a Câmara tem estado a fazer esse trabalho. -----

----- Quanto à proposta de atribuição dos manuais escolares, o Snr. Presidente disse que, tal como já foi referido em anterior reunião sobre esse assunto, não foi possível fazê-lo em 2011, mas está previsto para 2012 com o reforço da rubrica própria. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente que o projecto de construção do lar das freguesias é uma necessidade premente, para o qual já existe o projecto e irá ser feita a sua candidatura ao INALENTEJO assim que possível. -----

----- Relativamente à proposta do asfaltamento das estradas da freguesia de S. Pedro de Sólis até ao limite do Concelho, já está a ser feito o levantamento topográfico para se avançar com o projecto. -----

----- Que o Plano de Prevenção para a Vila Velha, está prevista uma verba em orçamento para melhorar algumas das ruas do Centro Histórico. -----

----- Quanto ao Loteamento da ZE1, o processo está na fase das expropriações dos terrenos para uma possível candidatura da obra, sendo também uma das prioridades da Câmara em termos de investimento.

----- Prosseguindo o Snr. Presidente disse que no geral concorda com algumas das propostas feitas pelos Vereadores da CDU, mas com outras nem tanto. -----

---- Que tal como é proposto pelos Vereadores é intenção da Câmara requalificar o espaço das Feiras, incluindo a construção de um pavilhão multiusos para a realização de eventos municipais e para cedência quando requerido. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente que também consta do plano a realização de outras obras pontuais de reparação de estradas e de carácter urgente. Que quanto aos campos de ténis na Mina de S. Domingos foi falado com a La Sabina que se comprometeram a fazer a recuperação dos espaços para servir os clientes do hotel e a população da Mina. -----

----- O Snr. Presidente referiu também que está aprovado o projecto de iluminação da Ponte do Guadiana, o qual está a tentar ser enquadrado num projecto maior, desde a entrada Norte da Vila, para requalificação e embelezamento. -----

----- Que sobre a descarga da ETAR de Corte do Pinto da localidade é uma questão que pode ser analisada pela DASUOM, no sentido de ser vista a forma como poderá ser feito este trabalho. -----

----- E que a implementação de um posto de recepção de turistas no Pomarão será feita uma análise com a DCDT conjugando a parte do turismo com a MERTURIS, mas duvida que seja necessário. -----

----- Passou depois a ler as restantes propostas dos Vereadores da CDU, nomeadamente de apoio a famílias carenciadas, criação de empregos, etc, disse que são propostas que acabam por não ter impacto nas GOP's mas podem tê-lo na gestão do Município. Que estas propostas são colocadas de uma forma muito geral e o caminho para a sua concretização pode ser muito variado, pelo que proponha um desafio aos Vereadores da CDU no sentido de, nessas propostas genéricas que acabou de ler, fossem os próprios Vereadores a trabalhar nelas e possam elaborar um trabalho mais específico que depois seria apresentado ao restante Executivo Municipal, e que, a partir daí poderia ou não fazer parte das opções e também das alterações que podem ser feitas ao orçamento. -----

----- Disse ainda que as duas últimas propostas dos Vereadores é já intenção da Câmara avançar com algo do género, tendo inclusivamente sido falado hoje em reunião de coordenação. -----

----- Informou os Vereadores que nesse sentido o Convento disponibilizou à Câmara um espaço onde esse projecto pode ser implementado, que é um espaço com água e electricidade, que se encontra vedado e que pode servir para este programa da criação das hortas comunitárias, tendo também nessa reunião de coordenação sido falado pela Vereadora Sandra que contactou o Projecto Margens para a questão da produção no local e a sua comercialização. -----

----- Quanto à última proposta de criação de um programa de apoio específico de apoio a casos de pobreza extrema que possam surgir devido à crise actual, como já referia as famílias mais problemáticas e com deficiências mais acentuadas são acompanhadas através do NEDS e esses casos que sejam identificados vão sendo pontualmente apoiados, quer pela Câmara quer várias entidades do Concelho de cariz social pelo que esse programa já existe e vai continuar a existir. -----

----- Por último o Snr. Presidente referiu a proposta de criação do Fórum Mértola para discussão das decisões municipais, dizendo que concorda com a existência de um Órgão de aconselhamento às decisões municipais, podendo haver até reuniões periódicas entre esse Órgão e o Executivo só não concorda é que seja criado pela Câmara, a Câmara pode espicaçar entidades ou pessoas para fazerem parte deste grupo, mas terá de haver sempre uma dinâmica física diferente, não passando, em sua opinião pela Câmara Municipal, porque desse modo ficaria desde logo e à partida comprometido. -----

----- Para concluir o Snr. Presidente disse que houve um esforço da parte do Executivo em tentar que grande parte das propostas apresentadas pelos Vereadores da CDU fizessem parte dos documentos previsionais. -----

----- Que este documento é o documento possível perante a situação actual, não sendo, em sua opinião o ideal, mas o que de momento pode ser feito e é esse documento que submete a análise e discussão da Câmara. -----

----- Tomando a palavra, o Vereador Dr. Jorge Revez disse que há dois tipos de análise a fazer ao documento. Que uma delas é o facto de a Câmara não ter feito o mesmo que fez em anos anteriores, isto é, não trabalhou o documento com os Vereadores da CDU. Que o documento lhe foi entregue na reunião passada e dificilmente poderia ser feita uma análise mais profunda ao documento que foi apresentado e às suas propostas. -----

----- Prosseguindo disse que não houve a articulação devida para que o documento fosse analisado antecipadamente, dizendo que para si lhe é impossível propor ou fazer grandes reparos ou sugestões, quando não houve tempo suficiente para o efeito. Que seja por que motivo for não foi articulada a discussão do documento ao contrário do que tem vindo a ser feito nos últimos anos, sugerindo que a Câmara venha a fazer como o fez particularmente no primeiro ano deste mandato, em que houve uma articulação independentemente da inclusão ou não das propostas. O facto de este ano assim não ter funcionado é logo meio caminho andado para votar contra o documento. -----

----- Que, em sua opinião o Plano é genérico, a Câmara não se compromete no documento praticamente com coisa nenhuma. É evidente que entende as razões dos financiamentos, do não se saber as taxas de endividamento, mas isso são circunstâncias que, no seu ponto de vista, independentemente de uma menor ou maior capacidade de endividamento, de uma maior ou menor dimensão dos financiamentos, não impede que possa reflectir uma estratégia e que este Plano só tem enquadramento financeiro e até pode estar muito bem, mas do ponto de vista político não lhe diz absolutamente nada e o documento que se está a analisar é um documento político e não apenas um documento financeiro. -----

----- Prosseguindo disse que relativamente às propostas que apresentou conjuntamente com o Vereador Snr. José Rodrigues, por um lado reparou que elas mereceram atenção já que o Presidente as acabou de ler uma a uma, mas por outro lado também foram apresentadas agora aos outros Vereadores, o Dr. Cachoupo e a Dr.^a Sandra, o que significa que os Vereadores só tiveram conhecimento da Proposta agora nesta reunião, o que significa que não foram discutidas as propostas e não o foi porque não existe intenção em contempla-las. -----

----- Disse ainda o Vereador Dr. Jorge Revez que, tendo em conta o que o Snr. Presidente acabou de dizer, nenhuma das suas propostas é contemplada no Plano, porque as que refere ao referi-las diz que já estavam contempladas e se já o estavam obviamente nenhuma é introduzida, como a proposta do Caravanismo que o Presidente referiu que o Parque de Campismo não mas a questão do caravanismo sim e já estava pensada e a andar; a proposta da melhoria das acessibilidades possivelmente sim porque o Presidente disse que já vinha de antes e fala ainda em mais uma ou duas por administração directa, não sabendo se essas uma ou duas vêm da sugestão que apresentou ou se já vinha de antes; Relativamente aos manuais escolares do 1º ciclo que a Câmara pelos vistos aceita mas já tinha sido pensado, relativamente às restantes propostas não vê mais nenhuma afectada, já que as obras urgentes já estavam contempladas, pelo que, para além das que já estavam pensadas, não se comprometem com nenhuma das propostas.

----- Prosseguindo disse que, tendo em conta a forma como foi menos articulado a discussão do Plano e tendo em conta que as Propostas que apresentou não estão contempladas e fica tudo muito na penumbra, acabando por ser um cheque em branco, não se sente confortável, disse, para votar este Plano de Actividades. -----

----- Tomando a palavra, o Vereador Snr. José Rodrigues disse que se tivesse havido uma maior articulação e se a proposta tivesse sido discutida ponto por ponto, há rubricas que apesar da crise, iriam ao encontro da Proposta apresentada. -----

----- Disse ainda que há rubricas que apesar da crise vão aumentando e se tivesse havido discussão há propostas que se referem a obras pequenas que poderiam ter sido contempladas. -----

----- Que o documento foi distribuído muito em cima da hora e não houve condições para analisar devidamente o Plano e Orçamento e poder aprová-lo. -----

----- Disse ainda que podem haver obras contempladas no plano que poderiam ser feitas noutro ano e não neste, ou outras que deveriam ter sido devidamente analisadas se tivesse havido tempo para o efeito.

----- Tomando novamente a palavra o Snr. Presidente disse que realmente este ano houve menos tempo para fazer todo o percurso que tem vindo a ser feito desde há 3 ou 4 anos atrás. Tal como já foi explicado levou-se mais tempo esta ano para a elaboração do documento porque se queria ter maior certeza nas questões dos financiamentos e dos endividamentos, o que infelizmente também não adiantou muito, porque também não houve grandes decisões em termos daquilo que era esperado, mas foi a razão principal que levou a atrasar a apresentação dos documentos. E que, aceita e concorda com a crítica que é feita de ter havido realmente pouco tempo dos Vereadores porque não acompanham a tempo inteiro muitos destes assuntos, muitos destes projectos e muitas destas acções. -----

----- Prosseguindo disse que, se quiser ter uma atitude equilibrada, este documento embora seja algo extenso é um documento que os Vereadores conhecem porque mantém a mesma estrutura ano após ano. Que podem ter dúvidas relativamente a alguns números, mas isso também facilmente se esclarece até porque, disse, uma análise exaustiva do documento não leva mais de 3 ou 4 horas e foi dito aos Vereadores que poderiam colocar as duvidas que entendessem, inclusivamente ao próprio Chefe da DAF que foi quem preparou integralmente o documento. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente que independentemente do facto de ter havido pouco tempo, o tempo era, em sua opinião, suficiente para fazer uma análise do documento e a estratégia política que este documento refere é a mesma de 2009 da maioria que foi eleita e é a mesma que apresentou no programa eleitoral quando se candidatou e tem vindo a seguir integralmente e a estratégia é essa. -----

----- Prosseguindo disse que grande parte do documento e numa percentagem muito alta é de compromissos já assumidos, não é nada de novo, já vêm de anos anteriores e que têm vindo a ser enquadrados ao longo destes anos. -----

----- Disse ainda que 50% do orçamento são despesas com pessoal e aí não há grandes alterações, até há uma diminuição, a outra parte são consumíveis. -----

----- cujos aumentos não têm sido significativos, e em termos do PPI ,que é o que realmente poderia ter uma discussão maior, neste momento e pelas dificuldades já explicadas é algo pobre e não tem reflectido nem grandes obras nem grandes investimentos, pelo que facilmente se faria a análise do documento. -----

----- Prosseguindo disse que se em parte dá razão quando os Vereadores se referem que foram poucos dias para discussão do documento, foi o tempo que foi possível. Relativamente às propostas que foram apresentadas pelos Vereadores da CDU houve uma reunião prévia para a discussão das mesmas e ao contrário do que foi referido pelo Vereador Jorge Revez acha que o facto de haver propostas coincidentes e enquadradas no orçamento, não é, como foi referido, de não assumir as propostas, mas sim, em sua opinião, o saber que temos opiniões estratégicas comuns em relação a muitos assuntos. -----

----- Que embora muitos dos assuntos já venham de anos anteriores, muitos deles são igualmente propostas dos Vereadores da CDU e de uma forma ou de outra estão enquadrados no orçamento, estando ao contrário do que foi dito reflectida no orçamento uma boa parte desses assuntos. -----

----- Relativamente ao que foi referido pelo Vereador Snr. José Rodrigues, os números são os que dizem respeito a toda a Câmara e foram fornecidos por todos os serviços, com base em dados que têm e previsões que fazem, porque este é um documento previsional podendo a toda a altura ser alterado e revisto e comporta toda essa componente técnica além da componente política que também tem. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente que a argumentação dos Vereadores da CDU relativamente às GOP para 2012, à excepção do pouco tempo para análise do documento é a mesma que tiveram para as GOPS de 2011 e para as de 2010, pensando que se os Vereadores tivessem 2 semanas ou 1 mês para analisar os documentos se calhar a opinião era a mesma. -----

----- Tomando novamente a palavra, o Vereador Dr. Jorge Revez disse que a questão dos dias é o menos importante, para si a questão fundamental tem a ver com a estratégia, e em sua opinião é ele que não se faz entender ou é o Presidente que não entende, dando como exemplo a proposta dos auxílios a casos de pobreza extrema o Presidente diz que já fazem esse trabalho, mas o que consta na sua proposta é completamente diferente. Que para além do trabalho que a Câmara já desenvolve nessa área, e bem, há um contexto diferente da sua proposta não para criação de auxílios no âmbito social, mas no âmbito

económico, porque não vê no documento rigorosamente nada que lhe diga que sobre esta matéria a Câmara reflectiu sobre isto e vai fazer alguma coisa. -----

----- Prosseguindo referiu algumas actividades que constam no documento e que a Câmara vai continuar a fazer questionando se vai fazer a Feira do Mel Queijo e Pão da mesma forma, a Viagem com Jovens, como se fazia há 10 anos, e sem qualquer inovação, e é essa a estratégia que o documento contempla. Que quando diz que não há estratégia tem a ver exactamente com isso, a Câmara pode dizer que tem mas não consta no documento. Perguntando o que é que a Câmara pensa fazer para o ano tendo em conta esta crise económica. Que quando fala no tempo não é o tempo para analisar o documento, é o tempo para poder dar sugestões, ou opiniões sobre determinada matéria. -----

----- Disse ainda que não vem para a reunião já com a ideia feita de votar contra os documentos e se pensam o contrário estão enganados. -----

----- O Vereador Snr. José Rodrigues disse que tem votado sempre a favor de todas as alterações que tem sido propostas quer ao Plano quer ao orçamento e tem colaborado com a Câmara, mas não se pode transpor os números de uma no para o outro. Que é necessária inovação em função das situações, das circunstâncias actuais do País e do Concelho que está sem vida, o Concelho está morto e a tendência é para piorar. Há famílias que não colocam os familiares em lares porque precisam do dinheiro dessas pessoas para sobreviver. Há situações que têm de ser analisadas em conjunto e com tempo e se calhar se se pudesse tirar dinheiro de um lado e por noutro alguma acção iria ser contemplada. -----

----- O Snr. Presidente disse que as opiniões são divergentes, acha que existe alguma confusão porque as GOP's e o Orçamento não têm de reflectir o conteúdo de uma feira mas sim os valores que estão envolvidos. A estratégia de fazer a Feira do Mel Queijo e Pão não tem de constar do documento, e nunca em tempo algum este documento foi tão bem feito inclusivamente durante a gestão da CDU, porque nesses planos não eram colocadas feira a feira era o geral e depois tinha um valor, nós chegamos ao rigor de colocar feira a feira e o valor a despender em cada uma delas. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente que não pode concordar com a afirmação de que não há estratégia, porque o documento reflecte a estratégia da Câmara nas mais variadas áreas, tão abrangentes como a questão das obras, do desenvolvimento social dos apoios sociais, da saúde e muitos mais. -----

4.- ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2012: -----

----- Nos termos e para efeitos das disposições combinadas da alínea a) do nº 6 do artº 64º e alínea b) do nº 2 do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente a Proposta de Orçamento do Município para o ano de 2012. -----

----- Discutido o assunto a Câmara Municipal após votação nominal, deliberou por maioria aprovar as Grandes Opções do Plano do Município para o ano de 2012. -----

----- Votaram contra os Vereadores Snrs. Dr. Jorge Revez e José Rodrigues, com os fundamentos que invocaram na discussão deste assunto. -----

----- Mais foi deliberado por unanimidade remeter os documentos à aprovação da Assembleia Municipal.

5.- MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2012: -----

----- Nos termos e para efeitos das disposições combinadas da alínea a) do nº 6 do artº 64º e alínea o) do nº 2 do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente a Proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2012, cujo teor se transcreve: -----

“MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA PARA 2012 -----
(Lei n.º 12-A/2008, de 27-02, art.ºs 4.º e 5.º; Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03-09, art.º 3.º) -----

----- Nos termos do disposto nos artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, os órgãos ou serviços devem planear, aquando da preparação da proposta de orçamento, as actividades a desenvolver durante a sua execução, eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis e o respectivo mapa de pessoal, elementos que deverão acompanhar a proposta de orçamento, competindo à Assembleia Municipal a sua aprovação, conforme se estabelece no art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro. -----

----- O mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que os serviços carecem para o desenvolvimento das respectivas actividades, caracterizados em função das atribuições e

competências que lhes estão cometidas e das tarefas que os seus ocupantes devem cumprir ou executar, dos cargos ou carreiras e categorias que lhes correspondem, bem como, quando necessário, da área de formação de que devam ser titulares. -----

----- Na elaboração do mapa de pessoal para 2012 foram considerados os factores que provocaram variações relativamente aos valores apresentados no mapa de 2011, designadamente, aposentações, licenças sem vencimento, situações de mobilidade interna, resolução de procedimentos concursais.

----- No que se refere aos postos de trabalho vagos/a recrutar, estão incluídos postos de trabalho a ocupar mediante procedimento concursal e/ou por recurso a mobilidade interna, tendo ainda sido consideradas cativações para prever situações de regresso de licenças sem remuneração, de cessação de regimes de cedência de interesse público ou de mobilidade interna, entre outras. -----

----- Relativamente aos postos de trabalho que se prevê ocupar durante o próximo ano e que poderão constituir novos recrutamentos, alguns procedimentos foram já iniciados no corrente ano, correspondendo, em grande parte, a situações que vinham sendo asseguradas por recurso a contratos de trabalho a termo resolutivo certo e cujo prazo caducou ou irá caducar no decurso do ano. Outras situações referem-se a postos de trabalho que ficaram desocupados por aposentação, falecimento ou saída de trabalhadores para outras entidades através de procedimento concursal e que, embora previstos, só serão excepcionalmente corresponderão a novos recrutamentos. -----

----- Assim, as verbas orçamentais a afectar a despesas com pessoal destinam-se a suportar os encargos:

- a)- Com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções; -----
- b)- Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados.” -----

----- Discutido o assunto a Câmara Municipal após votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar o Mapa de Pessoal para 2012. -----

5.- MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2012 – DISCUSSÃO: -----

----- O Snr. Presidente fez a apresentação do documento começando por dizer que para o ano de 2012 o Mapa de Pessoal é praticamente o mesmo e quase não tem alterações relativamente ao existente. -----

----- Referiu o Snr. Presidente que os concursos que estão a decorrer têm de constar no Mapa de Pessoal devidamente orçamentados, existindo outros lugares não orçamentados já que este documento é uma previsão das necessidades da Câmara relativamente a pessoal, não querendo isto dizer que seja aberto concurso para o provimento de todos. -----

----- Disse ainda que, como já é do conhecimento da Câmara o Engº Paulo Luis, Chefe da DASUOM, vai sair da Câmara no final do mês, ficando vago o seu lugar, e que há outros lugares que se encontravam ocupados, mas têm ocorrido aposentações, deixando lugares vagos para os quais a Câmara não tem aberto concurso. -----

----- Prossequindo disse o Snr. Presidente que, relativamente ao documento que foi distribuído para a reunião de Câmara existem duas alterações que foram feitas à última da hora, mas que se revelam necessárias, pelo que será depois impresso um novo documento, sendo uma delas a passagem do Assistente Técnico de Fotografia afecto ao GCIM para a DCDT, até porque é nesta Divisão que o funcionário desenvolve as suas funções e a outra alteração tem a ver com a criação de um lugar de Técnico Superior na área da Protecção Civil, para o respectivo Gabinete, lugar este que não está orçamentado, mas fica já criado no Mapa de Pessoal, para a eventualidade de ser necessária a sua abertura. -----

----- Para concluir o Snr. Presidente referiu que os postos de trabalho no Mapa de Pessoal foram diminuídos, existindo 286 lugares ocupados e 60 lugares vagos. -----

6.- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO (MERTURIS) PARA O ANO DE 2012: -----

----- Foi presente, para aprovação, o Plano de Actividades e Orçamento da Empresa Municipal de Turismo (MERTURIS), para o ano de 2012. -----

----- Discutido o assunto a Câmara Municipal após votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Actividades e Orçamento da Empresa Municipal de Turismo (MERTURIS), para o ano de 2012, e remetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

7.- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO SERRÃO MARTINS PARA O ANO DE 2012: -----

----- Foi presente, para conhecimento, o Plano de Actividades e Orçamento da Fundação Serrão Martins, para o ano de 2012. -----

----- A Câmara Municipal, tomou conhecimento, e por unanimidade deliberou remeter os documentos para conhecimento da Assembleia Municipal. -----

8.- ACORDO DE REVOGAÇÃO DOS CONTRATOS DE EMPREITADA DE “SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO EM VALE DE AÇOR DE CIMA” E EMPREITADA DE “ALARGAMENTO E BENEFICIAÇÃO DA EM 514, TROÇO 2 E TROÇO 3 ATÉ AO PK 11+800”: -----

----- Foi presente o processo supra o qual contém: -----

a)- A Informação NAJ nº 115/2011, de 12 de Dezembro, do seguinte teor: -----

----- “Considerando que a Autarquia celebrou com a empresa supra identificada dois contratos de execução para efectuar as obras supra identificadas; -----

----- “Que a empresa em causa atravessa graves dificuldades financeiras, não tendo capacidade para executar as obras conforme contratado, não conseguindo cumprir minimamente, quer com prazos de execução quer com Planos de Trabalho já devidamente aprovados; -----

----- Que em reunião com o executivo a empresa Maurício LTO, comprovou que não tinha condições para executar as empreitadas e que face aos valores dos contratos era impossível a cedência da posição contratual, não se encontrando no mercado empresa disponível para avançar para a execução pelos valores dos contratos; -----

----- Que pese o facto de ter iniciado a construção do estaleiro, na obra de beneficiação e ampliação da EM 514, o empreiteiro confirmou que não conseguia mobilizar máquinas e meios humanos para executar as obras, não prosseguindo na execução da obra iniciada porque não dispõe de meios financeiros para tal;

----- Que a Autarquia tem imperiosa necessidade de avançar com a execução destas obras, sob pena de perder os financiamentos comunitários, já devidamente aprovados e contratados, o que torna urgente a abertura de novos procedimentos com vista à contratação destas obras; -----

----- Face a tudo isto e conjugados todos os aspectos a Autarquia e o empreiteiro, acordaram revogar os contratos destas obras, sem quaisquer contrapartidas às partes, nos termos dos artigos 330º e 331º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, devendo a resolução revestir a mesma forma solene que os contratos assinados, isto é, de forma escrita, conforme imposição do n.º 3 do artigo 331º da norma supra mencionada. -----

----- Assim, propõe-se que a Câmara Municipal aprove a minuta do acordo a celebrar com a empresa supra identificada, que se anexa de forma a fazer cessar os efeitos jurídicos que os mesmos produzem no mundo jurídico.” -----

b)- A Minuta do respectivo Acordo de Revogação, cujo teor se transcreve: -----

“MINUTA -----

ACORDO DE REVOGAÇÃO DOS CONTRATOS DE EMPREITADA DE “SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO EM VALE DE AÇOR DE CIMA” E EMPREITADA DE “ALARGAMENTO E BENEFICIAÇÃO DA EM 514, TROÇO 2 E TROÇO 3 ATÉ AO PK 11+800” -----

----- Aos _____ dias do mês de _____ do ano dois mil e onze, no Edifício da Câmara Municipal de Mértola, perante mim, Maria Manuel da Palma Martins, Coordenadora Técnica da Câmara Municipal, designada para servir de Oficial Público por despacho do Snr. Presidente da Câmara nº 101/2010 de 04 de Maio de 2010, compareceram como outorgantes: -----

PRIMEIRO -----

----- JORGE PAULO COLAÇO ROSA, casado, natural da Freguesia e Concelho de Mértola, residente em Corte Pequena, Freguesia de Alcaria Ruiva, Concelho de Mértola, na qualidade de Presidente da

Câmara Municipal de Mértola e outorgando em representação do respectivo MUNICÍPIO, Pessoa Colectiva n.º 503279765, conforme poderes que lhe são conferidos pelo n.º 1 do artº 68º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

SEGUNDO -----

----- ANTÓNIO VICENTE PEREIRA DE ALMEIDA, portador do Bilhete de Identidade n.º 97953, emitido em 28 de Maio de 2005 pelos SIC de Leiria, residente na Avenida Inocência Caírel Simão, n.º 4, 3º andar esquerdo, no Bombarral, e JOSÉ DO REGO RAMALHO, portador do Cartão de Cidadão n.º 041208994 ZZ23, válido até 17 de Dezembro de 2014, residente na Rua do Avenal, n.º 19, 2º andar, nas Caldas da Rainha, que outorgam na qualidade de representantes legais da firma MAURÍCIO LTO, Construções, SA com sede social na E.N. 8, Cintrão, Bombarral, titular do cartão de pessoa colectiva n.º 502672277, com o capital social de três milhões, cento e setenta mil euros (3.170.000,00 €), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Bombarral sob o número 502672277 (correspondente à anterior matrícula n.º 325/19911231), titular do Alvará de Construção número 18959 válido até 31 de Janeiro de 2012 com poderes para o acto, qualidade e poderes que verifiquei por Certidão Permanente válida até 29 de Janeiro de 2013. -----

----- Verifiquei a identidade dos outorgantes, a do primeiro por conhecimento pessoal e a do segundo pela exibição do referido Bilhete de Identidade, sendo também do meu conhecimento pessoal e directo, a qualidade em que o primeiro outorgante intervém e os poderes que legitimam a sua intervenção neste acto. -----

----- E pelo primeiro outorgante foi dito que: -----

a)- O Município de Mértola constatou nas diversas reuniões tidas com o empreiteiro que este não tinha capacidade financeira para executar as obras objecto das empreitadas supra identificadas; -----

b)- Face às disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, está largamente ultrapassado o prazo para início da empreitada de “Saneamento e Pavimentação em Vale de Açor de Cima”, na qual não foram realizados quaisquer trabalhos e os trabalhos iniciados da empreitada de “Alargamento e Beneficiação da EM 514, Troço 2 e Troço 3 até ao Pk 11+800”, não tiveram a continuidade e produtividade previstas no programa de trabalhos, o que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 405.º do referido Código, concede ao dono da obra o direito de resolução do contrato; -----

c)- Não é actualmente possível ao empreiteiro iniciar a execução da obra de “Saneamento e Pavimentação em Vale de Açor de Cima” e garantir o cumprimento da programação física e financeira da obra de “Alargamento e Beneficiação da EM 514, Troço 2 e Troço 3 até ao Pk 11+800”, nem perspectivar a possibilidade do respectivo cumprimento; -----

----- Assim, O Município de Mértola e a Maurício LTO, Construções, SA, ACORDAM, livremente e de boa fé, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 330.º e artigo 331.º do Código dos Contratos Públicos, o seguinte: -----

CLÁUSULA 1.ª -----

As partes revogam os contratos, celebrados entre si, a seguir discriminados: -----

a)- Contrato de execução da empreitada da obra denominada “Alargamento e Beneficiação da EM 514, Troço 2 e Troço 3 até ao Pk 11+800”, celebrado em 25 de Maio do corrente ano, visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Junho também do corrente ano, no valor de 1.372.326,34 €, com exclusão do IVA;

b)- Contrato de execução de empreitada da obra denominada “Saneamento e Pavimentação em Vale de Açor de Cima” celebrado em 13 de Julho do corrente ano, visado pelo Tribunal de Contas em 4 de Agosto também do corrente ano, no valor de 665.692,47 €, com exclusão do IVA. -----

CLÁUSULA 2.ª -----

As partes declaram e reconhecem mutuamente que, com a presente revogação, nada têm a haver uma da outra no âmbito dos mencionados contratos, não havendo designadamente lugar à liquidação de verbas de quaisquer espécie entre si nem lugar a qualquer indemnização, comprometendo-se a dar pontual cumprimento às disposições do Código dos Contratos Públicos referentes à revogação. -----

----- Assim o disseram e outorgaram. -----

----- Exibiram: Os mencionados cartões de identificação civil e fiscal. -----

----- Arquivo: -----

a)- Informação DOPE nº 430/2011, de 10 de Novembro; -----

b)- Informação DOPE nº 433/2011, de 10 de Novembro; -----

c)- Informação NAJ nº 115/2011, de 12 de Dezembro; -----

d)- Cópia da acta da reunião de Câmara de 14 de Dezembro de 2011; -----

e)- Certidão Permanente subscrita em 03 de Julho de 2008 e válida até 29 de Janeiro de 2013. -----

----- Este contrato, feito em duplicado, foi lido aos outorgantes em voz alta e feita a explicação do seu conteúdo na presença simultânea de todos. -----

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a Minuta do Acordo acima transcrito. -----

9.- APROVAÇÃO DA ACTA: -----

----- Depois de tratados todos os assuntos para que esta sessão foi devidamente convocada em reunião ordinária de 07 de Dezembro corrente, pelo Edital nº 304/2011 da mesma data e pelo Ofício-Circular nº 6483, do dia 09 do mesmo mês, o Snr. Presidente da Câmara declarou a reunião suspensa para efeitos de elaboração da respectiva acta eram 17,35 horas anunciando a reabertura dos trabalhos pelas 17,40 horas.

----- Sendo 17,40 horas e encontrando-se presentes a totalidade dos membros da Câmara presentes na reunião, o Snr. Presidente declarou reabertos os trabalhos, tendo-se de imediato passado à leitura das minutas da acta da reunião, em voz alta, na presença simultânea de todos, após o que foi submetida a votação e aprovada por unanimidade. -----

10.-ENCERRAMENTO: -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar o Snr. Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram 17,45 horas. -----

----- E eu

Coordenadora Técnica , a redigi, subscrevo e assino.